

INST.FED.DE EDUC., CIENC. E TEC. CATARINENSE

Estudo Técnico Preliminar 31/2026

1. Informações Básicas

Número do processo:

2. Descrição da necessidade

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados em manutenção preventiva e corretiva de plataforma elevatória de acessibilidade, com fornecimento de peças e equipamentos, para o Instituto Federal Catarinense – Campus São Bento do Sul.

Esta demanda surge da necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de plataforma elevatória de acessibilidade, com fornecimento de peças e equipamentos, para atendimento das necessidades do IFC Campus São Bento do Sul. A contratação tem por finalidade manter as adequadas condições de funcionamento, segurança e conservação dos equipamentos, conforme estabelece o item 4.3.1 da ABNT NBR 16083, além de preservar o patrimônio público e garantir a continuidade das atividades institucionais.

A necessidade da contratação decorre, ainda, da inexistência de profissionais especializados nessa área no quadro de servidores e de funcionários terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, o que inviabiliza a execução direta dos serviços pela Administração. A manutenção periódica, tanto preventiva quanto corretiva, é indispensável para assegurar o pleno da plataforma elevatória, evitando interrupções no uso dos equipamentos e riscos à segurança dos usuários.

O Instituto Federal Catarinense tem como missão formar e qualificar profissionais no âmbito da educação profissional e tecnológica, promover a pesquisa aplicada e o desenvolvimento tecnológico, bem como atuar de forma integrada com a sociedade e os setores produtivos, especialmente em âmbito local e regional. A promoção da inclusão constitui diretriz fundamental dessa missão, sendo a acessibilidade às edificações elemento essencial para garantir o acesso de toda a comunidade acadêmica e do público externo às atividades educacionais, científicas e administrativas desenvolvidas pela instituição.

Nesse contexto, a disponibilização e o adequado funcionamento da plataforma elevatória representa condição básica para a efetivação da acessibilidade e da inclusão, possibilitando o acesso seguro a todos os níveis das edificações do Campus. Para que tais equipamentos possam ser utilizados de forma regular e segura, faz-se imprescindível a realização contínua de serviços de manutenção preventiva e corretiva, conforme normas técnicas aplicáveis.

Registre-se que foi avaliada a possibilidade de contratação por meio da Ata de Registro de Preços nº 75/2025, vigente até março de 2026. Contudo, a referida alternativa mostrou-se inviável para a formalização contratual, em razão da recusa da empresa registrada em contratar pelos valores pactuados, mesmo após esclarecimentos quanto à possibilidade de reajuste nos limites previstos no edital, na Ata e na Lei nº 14.133/2021. O pleito apresentado pelo fornecedor, com solicitação de majoração substancial do valor registrado, não encontra amparo jurídico nas hipóteses de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro previstas no instrumento, restringindo-se o reajuste aplicável ao índice previsto (IPCA), insuficiente para atender à pretensão apresentada.

Diante da inviabilidade da contratação nas condições registradas e visando assegurar a continuidade dos serviços, a segurança dos usuários, a economicidade e a aderência aos preços praticados no mercado, mostra-se necessária a realização de novo Estudo Técnico Preliminar, com atualização da pesquisa de mercado e da estimativa de preços, como etapa preparatória para a instauração de novo procedimento licitatório.

O objetivo deste processo é atender às solicitações de serviços comuns de engenharia relacionados à manutenção preventiva e corretiva da plataforma elevatória do IFC Campus São Bento do Sul, conforme a necessidade institucional. O objeto da presente contratação caracteriza-se como serviço comum de engenharia, por se tratar de atividades de manutenção e conservação de baixa complexidade técnica, padronizáveis, compostas por intervenções típicas e objetivamente definidas, conforme especificações usuais de mercado.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação de Infraestrutura	Rodrigo Luiz Ferreira Santos
Diretoria de Administração e Planejamento	André Xavier Dinelly

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados em manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataforma elevatórias de acessibilidade, com fornecimento de peças e equipamentos, para o IFC Campus São Bento do Sul.

A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global em relação aos itens de serviços e empreitada por preço unitário em relação aos itens de materiais. Considerando as especificações e quantitativos dos serviços a serem contratados, estes fornecem aos licitantes todos os elementos e informações necessários para o total e completo conhecimento do objeto e a elaboração de proposta fidedigna (art. 6º, XXIX, Lei nº 14.133, de 2021), evitando distorções relevantes no decorrer da execução contratual. Já em relação aos itens de materiais, nem a Administração, nem as empresas licitantes têm como ter o conhecimento prévio dos itens necessários em caso de manutenções corretivas (se houver). Para isso, a empreitada por preço unitário se mostra a forma de execução mais assertiva, pois a Administração realizará o pagamento pelo preço certo de unidades determinadas as quais se verifique pela fiscalização do contrato como necessárias para o pleno funcionamento dos elevadores e plataformas elevatórias (art. 6º, XXVIII, lei nº 14.133, de 2021).

A contratação para a prestação dos serviços será formalizada por intermédio de instrumento contratual, conforme disposto no artigo 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

O prazo de vigência da contratação será de 30 (trinta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021. Tal prazo de vigência é benéfico para a Administração, considerando as seguintes questões:

- Possível suspensão dos serviços: conforme justificativa da contratação, verifica-se a necessidade da manutenção, sem interrupções, da contratação destes serviços. Caso fosse realizado contrato de apenas 12 meses poderia haver a suspensão dos serviços caso a empresa não tiver interesse em renovar o contrato e houver nova licitação com itens desertos. Isto impactaria na interrupção da prestação dos serviços, o que poderia ocasionar na possível paralisação dos elevadores e plataformas elevatórias do IFC Campus São Bento do Sul. Com essa interrupção, o Campus teriam sua acessibilidade comprometida, afetando alunos, servidores, terceirizados e comunidade externa.
- Minorar a rotatividade de empresa mitigando-se dessa forma a interrupção abrupta do contrato.
- Ampliar a atratividade da contratação pois com um prazo maior de contrato há a diluição/amortização dos custos fixos. Espera-se dessa maneira potencializar
- o caráter competitivo do certame e a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração.

O licitante deverá apresentar para fins de habilitação, além dos documentos padrão, de habilitação jurídica, habilitação fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira, comuns a esse tipo de contratação, os seguintes documentos:

- O licitante deverá comprovar, por meio de atestado(s) de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante executa ou executou serviços da mesma natureza dos constantes neste Instrumento, compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Instrumento, devendo, portanto, constar no mínimo, as seguintes informações de modo a demonstrar a compatibilidade:
- Apresentar comprovação de aptidão de prestação dos serviços em 1 (um) elevador ou plataforma elevatória por período não inferior a 1 (um) ano, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Caso a empresa apresentar proposta para mais de 1 (um) item, a apresentação de apenas 1 (um) atestado, por período não inferior a 1 (um) ano será suficiente, não sendo necessário a apresentação de 1 (um) atestado para cada item que participar.
- Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 da IN SEGES/MPDG n. 5, de 2017;
- Para a comprovação da experiência mínima de 1 (um) ano, é admitida a apresentação de atestados referentes a períodos sucessivos não contínuos, não havendo a obrigatoriedade de (um) ano ser ininterrupto, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.
- O atestado apresentado para um grupo/ lote/item poderá ser utilizado para os demais grupos/ lotes/ itens, caso a empresa apresentar proposta.
- Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017;

A empresa prestadora de serviços deverá estar registrada no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) ou CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais), em plena validade, e possuir um Responsável Técnico formado na área do objeto (Engenheiro ou Técnico Mecânico) para assinar a responsabilidade sobre os serviços prestados (Decisão Normativa nº 036, de 31 de julho de 1991 - CONFEA) e observar rigorosamente a Lei nº 5.194/66, que regulamenta quanto ao uso ilegal da profissão.

Deverá apresentar comprovante do registro do profissional Engenheiro Mecânico ou Técnico em Mecânica no CREA ou CFT. Caso a empresa optar por apresentar, declaração de contratação futura do profissional, essa deverá apresentar o comprovante do registro deste profissional no CREA ou CFT.

Para a qualificação técnico-profissional, será exigido o profissional Engenheiro Mecânico ou Técnico em Mecânica como responsável técnico pela execução dos serviços. A comprovação de vínculo profissional entre o Responsável Técnico e a licitante se fará, alternativamente, com a apresentação de:

- Na condição de sócio: contrato social e sua última alteração;
- Na condição de diretor: estatuto social e ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;
- Se empregado permanente da empresa: contrato de trabalho por tempo indeterminado com firmas reconhecidas em cartório, ou carteira de trabalho e previdência social, ou declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

As empresas deverão apresentar atestado de vistoria/não vistoria assinado pelo servidor responsável.

O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto, ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante, na forma do Anexo do Termo de Referência.

Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

- A não execução dos serviços ou entrega dos itens ensejará em não pagamento dos valores devidos pela Administração;

São obrigações da Contratada na execução dos serviços:

Foram encontrados os seguintes critérios de sustentabilidade para o objeto desta contratação, de acordo com o Plano de Logística Sustentável do Instituto Federal Catarinense e com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, os quais deverão ser seguidos pela empresa contratada:

- Bens constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do instituto nacional de metrologia, normalização e qualidade industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e
- Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

A contratada deve cumprir com rigor os critérios Ambientais estabelecidos em normas, no guia nacional de licitações sustentáveis disponibilizado pela AGU e nas Instruções Normativas nº 01/2010 e 02/2014 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que dispõe sobre critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, em especial:

- Atentar para que as embalagens dos produtos utilizados na manutenção sejam descartadas adequadamente, de forma que não venham agredir o meio ambiente, contaminando o solo e, por conseguinte, mananciais. Isso quando os materiais não se enquadrarem e/ou não possibilitarem o descarte de forma reversa
- Optar por produtos que tenham requisitos adicionais para promoção do desenvolvimento nacional sustentável, principalmente, por produtos biodegradáveis, e que não contenham gases que agredem a natureza.

Os serviços somente poderão ser prestados com a utilização de óleo lubrificante (que se enquadre no art. 2º Resolução nº 804, de 2019) que atenda aos seguintes requisitos:

- Que esteja previamente registrado na ANP;
- De fabricante ou importador que esteja regularmente autorizado pela ANP para o exercício de sua atividade;
- Que possua rótulo com informações em língua portuguesa, discriminadas no art. 12 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP, que assegurem ao consumidor indicações mínimas e inequívocas sobre a natureza, as características e a aplicação do produto;

- Classificados segundo os níveis de desempenho de uma ou mais das entidades citadas no art. 13 da Resolução nº 804, de 2019, da ANP;
- Que não se enquadre em uma das vedações contidas no art. 15 da Resolução nº 804, de 2019 da ANP.

Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou depositá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

É fundamental para o correto funcionamento da operação que haja Laudo Técnico de Funcionamento, assinado pelo responsável técnico pelo funcionamento e manutenção do elevador e/ou escada rolante, contendo o número do equipamento, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente recolhida, específica para o laudo e o Número do registro municipal do profissional responsável pelo Laudo Técnico de Segurança e Estabilidade - dentro do prazo de validade

A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de **materiais de consumo**, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, colas, adesivos, massa epóxi, solda, tinta, pilhas, baterias, fusíveis, materiais de escritório, anilhas, conector terminal, abraçadeiras, parafusos, arruelas, pregos, pinças, óleos e quaisquer outros necessários à execução dos serviços.

O serviço deverá ser efetuado em dia útil, durante o horário de expediente (08:00 horas às 12:00 horas e 13:00 horas às 17:00 horas), mediante agendamento prévio, no endereço especificado e detalhado a seguir.

- **IFC Campus São Bento do Sul: Rua Paulo Chapiewsky, n. 931 - Centenário, São Bento do Sul - SC, CEP 89283-064.**

5. Levantamento de Mercado

As pesquisas realizadas nas contratações públicas federais para manutenção de elevadores retornaram três modelos diferentes para realização dos serviços:

Solução 01: Contratação do serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e peças incluso no valor.

Este modelo é um modelo adotado por alguns órgãos. Nesta forma de contratação, o custo geral tende a ser maior para a administração. Isso ocorre em virtude do risco da contratação por parte da empresa responsável, que origina da obrigação das trocas de peças, onde o custo deste risco é repassado ao contratado, encarecendo-o como um todo. Porém, em caso de haver a necessidade de troca de parte considerável de peças, este custo não é repassado ao Contratante.

Solução 02: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com valores fixos mensais e fornecimento de peças com maior desconto.

Nesta proposta de contratação, o custo geral tende a ser menor para a administração em comparação à Solução 01. Isso se dá porque o valor das manutenções preventivas e corretivas é fixo por manutenção mensal e só inclui a mão de obra, equipamentos e materiais de consumo. Desta forma, a empresa tem uma maior previsibilidade dos seus custos, podendo ofertar melhores valores a Administração, pois os riscos envolvidos são menores.

Quando da necessidade de substituição de peças, estas serão orçadas com, no mínimo 03 orçamentos de mercado, e será aplicado o desconto da licitação no menor valor de mercado encontrado.

Entretanto, nestes moldes, as empresas participantes do certame poderão ficar receosas em dar maiores descontos durante a licitação e, até mesmo, poderiam não haver interessadas na contratação. Isso ocorre pois os valores das peças a serem substituídas seriam os menores do mercado e o desconto aplicado neste valor poderia causar prejuízos à contratada, não despertando o interesse em empresas do ramo. Assim, esta solução pode não ser tão benéfica à administração, tanto em questões financeiras quanto em relação à perda do processo licitatório por falta de interesse das empresas do ramo.

Solução 03: Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com valores fixos mensais com licitação pelo menor valor e valor estimado de fornecimento de peças sem desconto.

Nesta proposta de contratação, o custo geral tende a ser menor para a administração em comparação à Solução 01 e 02. Isso se dá porque o valor das manutenções preventivas e corretivas também será fixo por manutenção mensal, como na Solução 02. Porém, quando da necessidade de troca de peças, a empresa apresentará o seu orçamento. A fiscalização do contrato irá analisar este orçamento e poderá realizar outros 3 orçamentos (com todos os custos envolvidos, tais como frete, impostos, entre outros). Caso a média ou mediana destes 3 orçamentos for menor que o preço ofertado pela empresa, está terá que vender a peça orçada pelo menor preço dos índices média e mediana encontrado pela fiscalização. Já se a média ou mediana destes 3 orçamentos for maior, fica comprovado a vantajosidade da aquisição para o IFC. Assim, considera-se que as empresas poderiam ofertar descontos maiores no processo licitatório e até atrair mais empresas interessadas, gerar mais competitividade e maiores descontos, uma vez que essas possivelmente não terão que ofertar descontos em relação às peças. Portanto, esta solução pode se tornar ainda mais vantajosa economicamente que a Solução 02, além de ter menos riscos de desinteresse e licitação deserta.

Modelo parecido foi utilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, UASG 373053, PE 06/2023 e pelo Ministério Público Militar, UASG 200008, PE 34/2023.

Portanto, por meio do levantamento das vantagens e desvantagens dos processos licitatórios para contratações de manutenção preventiva e corretiva de elevadores, concluiu-se que a **Solução 03** - Contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com valores fixos mensais com licitação pelo menor valor e valor estimado de fornecimento de peças sem desconto, foi a que apresentou as vantagens mais significativas e as desvantagens com menores impactos em relação às demais soluções.

6. Descrição da solução como um todo

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva de elevadores e plataformas elevatórias, sem dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra no Instituto Federal Catarinense Campus São Bento do Sul.

Início da execução do objeto: Imediatamente após a assinatura do contrato, sendo o contrato com vigência de 30 (trinta) meses, sendo prorrogável por até 10 anos.

A empresa Contratada deve seguir as normas constantes na NBR 16083/2012 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e recomendações dos fabricantes dos modelos dos elevadores ou plataformas elevatórias. A Contratada tem até 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato para apresentar (ao fiscal técnico) o Plano de Manutenção Anual, contendo instruções de manutenção e a periodicidade, no moldes da NBR 16083/2012 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), assim como o planejamento de atendimento nos casos de Chamadas de Emergência. Além desta NBR, deverão ser observadas as seguintes normas técnicas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, vigentes e atualizadas:

- NBR 16858-1:2020 – Elevadores elétricos de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação;
- NBR NM 313/2007 – Elevadores de passageiros – Requisitos de segurança para construção e instalação; Requisitos particulares para a acessibilidade das pessoas, incluindo pessoas com deficiência;
- NBR 16858-7:2022 – Adaptações na segurança de elevadores de passageiros (foco na manutenção e em situações de emergência).

A CONTRATADA deve emitir e recolher a taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T) do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA-SC, do Engenheiro / Técnico Mecânico, responsável técnico pelos serviços que se referem ao objeto de contratação. A ART, deve ter validade conforme o vigência do contrato e deve ser exposta junto ao equipamento para conhecimento dos usuários, bem como ser apresentada uma cópia ao CONTRATANTE para arquivamento junto ao contrato. Não poderá haver cobrança da ART ao CONTRATANTE, sendo que o custo desta o CONTRATADO deve incluir em seu preço final.

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva poderão ser feitos em horário comercial, das 8h às 17h, de segunda à sexta-feira. Eventualmente, caso a intervenção de manutenção preventiva/corretiva e/ou troca de peças requeira tempo de paralisação superior à 2 horas, poderá ser realizada aos sábados ou feriados, desde que comunicado com antecedência de 48 horas ao Fiscal Técnico do Contrato do IFC, que avaliará, aprovará ou não a solicitação, bem como fará o devido acompanhamento.

A empresa CONTRATADA deverá efetuar Visita Programada Mensal, realizando as vistorias conforme Plano de Manutenção Anual, o qual deve seguir as orientações da ABNT e recomendações dos fabricantes dos modelos dos elevadores.

A empresa CONTRATADA deverá cumprir horários e periodicidade para a execução dos serviços fixados no Plano de Manutenção Anual informando à Fiscalização Técnica designada pelo IFC, de qualquer eventualidade de remarcação da visita mensal, não podendo extrapolar 10 (dez) dias corridos.

Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que prestarão os serviços, encaminhando elementos portadores de boa conduta e demais referências, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

Manter nos locais de realização de serviços pessoal devidamente uniformizado, identificando-os através de crachás com fotografia recente e portando todos os Equipamentos de Proteção Individuais (EPI's) necessários para a execução dos seus trabalhos;

Manter boa relação com os fiscais técnicos da Contratada, respondendo com presteza e cordialidade as solicitações e dúvidas que surgirem durante a execução dos serviços, bem como proporcionando todas as facilidades para comprovação a respeito dos serviços executados e das trocas de peças efetuadas;

A cada Visita Programada Mensal ou Chamada de Emergência deverá ser apresentado, pela CONTRATADA, relatório dos serviços executados, relatando as anormalidades encontradas e riscos tecnicamente diagnosticados.

A seguir, detalha-se as tarefas, rotinas, atividades, entre outros; que devem ser seguidos quando da realização das manutenções preventivas e/ou corretivas:

Preventiva:

- A prestação dos serviços preventivos deverá ser realizada todos os meses, mediante visita ostensiva de pessoal técnico da CONTRATADA e, em casos extraordinários, mediante ordem serviço a ser emitida pelo CONTRATANTE, deve ser cumprido o roteiro básico estabelecido neste Estudo Técnico.
- Efetuar testes de segurança, conforme legislação em vigor e normas da fabricante das plataformas de acessibilidade.
- A manutenção preventiva destina-se a reduzir a possibilidade de ocorrência de defeitos, falha ou irregularidades das plataformas de acessibilidade e componentes neles instalados, devendo ser efetuada conforme requisitado pelo contratante.
- Os materiais de consumo (conectores, solda, material de limpeza, pincéis, buchas, estopa, lâmpadas, lubrificantes, removedores, botões, graxa, óleo anti rust, etc.) e ferramentas necessários para a execução dos serviços de manutenção preventiva deverão ser fornecidos pela CONTRATADA (não serão ressarcidos pela Administração). Inclui nestes materiais o óleo lubrificante necessário para a substituição quando necessário.
- A manutenção preventiva deverá ser executada em datas agendadas com a CONTRATANTE, no horário de expediente do Campus. Esta também poderá ser executada fora do expediente normal do Campus, desde que a CONTRATANTE solicite previamente ou a CONTRATADA solicite e a CONTRATANTE aceite previamente.
- A CONTRATADA deve apresentar à Administração sugestão de acréscimo ao programa de manutenção caso seja pertinente, para garantir o bom funcionamento dos equipamentos.
- A manutenção preventiva incluirá toda mão de obra, ferramentas, materiais de consumo, transportes, etc. necessários para reparar e/ou substituir as peças dos equipamentos a sofrerem manutenção e poderá incluir o fornecimento de peças de reposição, mediante ressarcimento.
- A não realização mensal de vistoria para manutenção preventiva dos equipamentos acarretará em não pagamento da fatura mensal dos serviços, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas pelo descumprimento do Contrato.
- Não serão pagas, a título de manutenção preventiva, nenhum valor de horas excedentes para a realização dos serviços aqui previstos, devendo todos os custos estar previstos no valor mensal.
- Destacam-se os serviços a seguir, entre outros, necessários de serem realizados quando da realização da manutenção preventiva: inspeção do elevador; regulagem e ajuste dos quadros de comando, seletores, indutores, limites, freios, mecanismo de portas, indicadores de posição, anunciadores de chamada, correções do carro e do contrapeso, relês, escovas, chaves, contatos e outras partes acessórias, a fim de proporcionar ao elevador um funcionamento eficiente e econômico; lubrificação e limpeza de acordo com as necessidades locais das máquinas, motores, geradores, quadros de comando, seletores, indutores, limites, guias, portas externas do carro, contrapeso, mecanismo de portas e demais partes mecânicas e elétricas dos elevadores;

Corretiva

- Manutenção Corretiva é aquela destinada a reparar e corrigir quebras e defeitos apresentados na plataforma de acessibilidade ou elevador, mantendo-os em perfeito funcionamento. Tem por objetivo o restabelecimento dos componentes dos equipamentos às condições ideais de funcionamento, eliminando defeitos mediante a execução de regulagens, ajustes mecânicos e eletrônicos, bem como substituição de peças, componentes e/ou acessórios que se apresentarem danificados, gastos ou defeituosos, o que deverá ser atestado por meio de laudo técnico específico, assinado pelo técnico responsável da CONTRATADA, o qual deverá conter a discriminação do defeito.
- A manutenção corretiva será realizada sempre que necessário e a qualquer tempo, devendo a CONTRATADA comunicar imediatamente os problemas identificados ao CONTRATANTE, solicitando autorização para execução dos serviços.
- Os registros dos chamados serão feitos por e-mail previamente informado pela Contratada, ou, ainda, outra forma de contato disponibilizada pela Contratada.
- Atender ao chamado da CONTRATANTE, para regularizar anormalidade de funcionamento procedendo à manutenção corretiva, substituindo e/ou reparando, segundo critérios técnicos, software de programação, componentes eletrônicos, elétricos, mecânicos e hidráulicos, necessários à recolocação dos equipamentos em condições normais, utilizando peças originais do fabricante. Caso haja impossibilidade da utilização das peças originais, a empresa contratada deve justificar e solicitar autorização para utilização de peças compatíveis com o equipamento, com padrões de qualidade similares às originais, com identificação e numeração de série para garantir a procedência das peças utilizadas na plataforma de acessibilidade em manutenção. Essa solicitação pode ser autorizada ou não pela fiscalização do Contrato.
- Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços de manutenção corretiva ou preventiva; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários constantes da proposta da CONTRATADA;
- A empresa prestadora dos serviços deverá efetuar a limpeza dos locais afetados, removendo todo entulho e/ou restos de materiais proveniente da execução dos serviços, encaminhando o descarte adequado destes materiais;

- É responsabilidade da CONTRATADA atender a todas Chamadas de Emergência, notificadas pelo CONTRATANTE no email e/ou telefone previamente informado pela CONTRATADA, nos prazos estabelecidos, conforme o tipo emergência;
- Em até 4 (quatro) horas, a partir da notificação por parte da CONTRATANTE, para os casos de regularização de anormalidade de funcionamento dos equipamentos;
- Em até 1 (uma) hora, a partir da notificação por parte da CONTRATANTE, para os casos de liberação de usuários enclausurados por mal funcionamento do equipamento.

Quando da necessidade de trocar ou incluir peças:

- Quando da vistoria realizada mensalmente, havendo necessidade, segundos critérios técnicos, de substituição de peças e acessórios de componentes elétricos, eletroeletrônicos, eletromecânicos ou mecânicos, necessários ao bom funcionamento dos equipamentos, a empresa deverá apresentar seu orçamento das respectivas peças originais do fabricante e em último caso, similares no quesito qualidade, e encaminhar ao Fiscal Técnico do Contrato para ciência e aprovação, que deverá aprovar ou não. O orçamento encaminhado deverá conter as descrições detalhadas das peças, tais como modelo, categoria, marca, entre outras, de forma a possibilitar a pesquisa de preços pela Administração, bem como dos valores. A fiscalização do contrato, em posse do orçamento encaminhado pela empresa contratada poderá realizar outros 3 orçamentos (com todos os custos envolvidos, tais como frete, impostos, entre outros). Caso a média ou mediana destes 3 orçamentos for menor que o preço ofertado pela empresa, esta terá que vender a peça orçada pelo menor preço dos índices média ou mediana encontrado pela fiscalização. Já se a média ou mediana destes 3 orçamentos for maior, fica comprovado a vantajosidade da aquisição para o IFC da peça orçada pela empresa contratada;
- Uma vez autorizada a substituição de peça e/ou acessório, a CONTRATADA deverá proceder a compra e substituição da peça e /ou acessório em até 3 (três) dias úteis, emitindo, na sequência, a respectiva Nota Fiscal para pagamento pelo IFC. A substituição de peças não gera qualquer pagamento de serviço adicional, pois o serviço de troca já faz parte da manutenção preventiva e corretiva paga mensalmente (item 1). Quando houver necessidade de maior prazo para a execução do serviço a CONTRATADA deverá imediatamente formalizar pedido ao CONTRATANTE, justificando e propondo novo prazo, que será analisado pela CONTRATADA, o qual poderá ou não ser aceito pelo fiscal do Contrato;
- Empresa contratada deverá fornecer todas as peças, materiais ou demais insumos necessários para pleno funcionamento do elevador. As peças, acessórios ou componentes deverão ser, obrigatoriamente, novos e originais, com garantia mínima de 90 dias para todas as peças ou serviços. Caso haja impossibilidade da utilização das peças originais, a empresa contratada deve justificar e solicitar autorização para utilização de peças compatíveis com o equipamento, com padrões de qualidade similares às originais, com identificação e numeração de série para garantir a procedência das peças utilizadas na plataforma de acessibilidade em manutenção. Essa solicitação pode ser autorizada ou não pela fiscalização do Contrato.
- A CONTRATADA deverá arcar, sem ônus adicionais para a CONTRATANTE, com o custo do fornecimento de **materiais de consumo**, tais como: lixas, lubrificantes, graxas, produtos antiferrugem, produtos de limpeza, sabões, detergentes, estopas, panos, palha de aço, solventes, querosene, fita isolante, colas, adesivos, massa epóxi, solda, tinta, pilhas, baterias, fusíveis, materiais de escritório, anilhas, conector terminal, abraçadeiras, parafusos, arruelas, pregos, pinceis, óleos e quaisquer outros necessários à execução dos serviços. Inclui nestes materiais o óleo lubrificante necessário para a substituição quando necessário.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Por se tratar de serviços de manutenção dos elevadores para o Instituto Federal Catarinense – IFC Campus São Bento do Sul, no qual o rol de peças e materiais a serem empregados é vasto e exaustivo, a fim de mitigar a possibilidade de estimativas insuficientes quanto desnecessárias para suprir as inimagináveis necessidades específicas de cada situação, consideramos a utilização de um valor mensal relativo aos serviços de manutenção preventiva e corretiva, além de um valor máximo pelo prazo de 30 (trinta) meses a ser utilizado como estimativa para a aquisição de peças para reposição nas manutenções.

O valor estimado para a aquisição das peças de reposição foi estimado considerando o contrato anterior, com vigência de 12 meses, sendo calculado o valor proporcional para este estudo que considera um contrato de 30 meses:

Item	Local	Quant	Descrição	Valor mensal estimado	Valor 30 meses estimado
1	São Bento do Sul/SC	30 meses	Serviços mensais de manutenção preventiva e corretiva completa de elevador de passageiros no Instituto Federal Catarinense - Campus São Bento do Sul . A execução dos serviços deverá ocorrer de acordo com as obrigações expressas do Termo de Referência.	R\$ 629,6667	R\$ 18.890,00

			Os serviços deverão ser realizados no seguinte equipamento: <ul style="list-style-type: none"> • Quantidade: 01. • Local: IFC Campus São Bento do Sul ; • Marca: Metalúrgica Ascura. • Modelo: MKB - 250 HEM. • Capacidade: 250 kg. • Número de paradas: 1. • Tipo de acionamento: Hidráulico. 		
2	São Bento do Sul/SC	R\$	Aquisição de peças e acessórios para manutenção preventiva e corretiva para 30 (trinta) meses. (Item não será objeto de disputa. Não ofertar lances)	417,00	12.510,00
Total					R\$ 31.400,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 31.400,00

A estimativa do valor da contratação foi elaborada nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e da Instrução Normativa SEGES nº 65/2021, mediante levantamento de contratações públicas similares registradas em sistemas oficiais e bancos de dados públicos.

Para fins de maior aderência às condições reais de mercado e observância ao critério de compatibilidade com o local de execução do objeto, priorizou-se a análise de contratações realizadas na **Região Sul do país (SC e RS)**, por apresentarem maior similaridade econômica, logística e mercadológica com o município de São Bento do Sul/SC.

Foram consideradas as seguintes referências regionais:

- Pregão nº 8158/2025 – TRT 12ª Região – Florianópolis/SC – R\$ 500,00;
- Pregão nº 790/2025 – Secretaria de Estado da Administração/SC (Região Norte de SC, mesma região do Campus SBS) – R\$ 599,00;
- Pregão nº 90026/2025 – Instituto Federal Farroupilha/RS – R\$ 790,00.

A análise estatística da amostra regional resultou nos seguintes indicadores:

Análise estatística para definição do valor estimado I								
Elaborada com base no Manual de Orientação de Pesquisa de Preços, elaborado pelo STJ – Secretaria de Controle Interno, disponível para consulta.								
Item	Pesquisa 1	Pesquisa 2	Pesquisa 3	Mediana	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação	Método a Utilizar
1	R\$ 500,00	R\$ 599,00	R\$ 790,00	R\$ 599,00	R\$ 629,67	147,41	23,41	MÉDIA

Considerando que o coeficiente de variação apurado é inferior a 25%, entende-se que a amostra apresenta homogeneidade adequada, permitindo a utilização da **média** como parâmetro de referência, sem prejuízo da análise crítica da mediana.

Dessa forma, adotou-se como valor unitário estimado para a contratação o montante de **R\$ 629,6667 mensais**.

O valor estimado para o período de 30 (trinta) meses corresponde a:

- $R\$ 629,67 \times 30 \text{ meses} = \textbf{R\$ 18.890,00}$

Estimativa de Aquisição de Peças e Acessórios

Com base no histórico de peças estimadas em processos licitatórios anteriores do Campus São Bento do Sul, foi estimado o valor mensal de uso de peças:

- R\$ 417,00 mensais

Para o período de 30 meses:

- $R\$ 417,00 \times 30 \text{ meses} = \textbf{R\$ 12.510,00}$

Total Serviços considerando estimativa de consumo de peças (30 meses): R\$31.400,00

Desta forma o valor estimativo total da contratação é de R\$31.400,00 para 30 meses de contratação do serviço.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 2º e § 3º do art. 40 da Lei nº 14.133, de 2021.

O parcelamento ou divisão do objeto não se mostrou técnica e economicamente viável e não representará perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Tais especificações para a realização do objeto e para que sejam bem executadas, necessitam de elementos e soluções conjuntas que compõem o serviço como um todo e que necessitam de compatibilização entre si. A execução dos serviços deve ser condizente e executada em conjunto para que ocorram com a melhor técnica na execução.

Portanto, por tratar-se de manutenção de elevadores e plataformas elevatórias, onde os vários tipos de serviços e o fornecimento de materiais estão intrinsecamente relacionados, o parcelamento da solução neste sentido, não é considerado tecnicamente viável por tratar-se de um conjunto no qual a dissociação de suas partes trará significativo prejuízo à Administração Pública.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há contratação correlata ou interdependente com a contratação pretendida.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A contratação está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024-2028), Objetivo Estratégico nº 17 – Consolidar e adequar infraestrutura física.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se com esta nova aquisição no mínimo os seguintes efeitos:

- Atendimento de forma adequada à necessidade de manutenção dos elevadores e plataformas elevatórias de passageiros existente no IFC, zelando pela segurança de todos os usuários que circulam diariamente no IFC Campus São Bento do Sul;
- Atender a toda a comunidade, incluindo o atendimento prioritário, imediato e diferenciado às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços do IFC Campus São Bento do Sul;
- Atendimento a todos os preceitos legais vigentes.

- Os parâmetros definidos para o objeto da licitação possibilitam obter preço compatível com a finalidade estabelecida

13. Providências a serem Adotadas

Caso houver necessidade, isolamento do local dos trabalhos para evitar acidentes, quando ocorrerem as manutenções;

14. Possíveis Impactos Ambientais

Espera-se a não ocorrência de impactos ambientais, desde que sejam seguidas as orientações descritas no item 3 deste Estudo Preliminar.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RODRIGO LUIZ FERREIRA SANTOS

Equipe de planejamento

WILLIAN ALBERTI

Equipe de planejamento

ANDRE XAVIER DINELLY

Equipe de planejamento

LARISSA MERLO MORALES DA SILVA

Equipe de planejamento

Despacho: A Autoridade Máxima do Instituto Federal Catarinense – Campus São Bento do Sul, no uso de suas atribuições legais aprova o presente Estudo Técnico Preliminar.

ALESSANDRO IAVORSKI

Autoridade competente

VIVIANE FRIDA BELLI

Pregoeiro